

## **Câmara dos Deputados**

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

**Escrevendo a História - Série Brasileira**

**Discurso proferido na sessão de 28 de setembro de 1948,  
publicado no DCD de 29 de setembro de 1948, página 9482.**

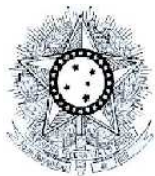
**O SR. RAUL PILLA** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao tratar, com alguns representantes da União Democracia Nacional, do rumoroso caso do Piauí, queixou-se o Senhor Presidente da República de estar tolhido por uma constituição que não o deixa governar.

Ignoro o que teria significado, com isto, o Supremo Magistrado da Nação. Não sei se as suas palavras traduzem, apenas, a insatisfação de quem mal pode tolerar os freios constitucionais e sente a nostalgia do arbítrio aos governantes facultado pelo regime político decaído a 29 de outubro de 1945. Não o sei, Sr. Presidente, mas não o quero crer. Prefiro admitir que, amestrado pela experiência, se esteja S. Exa. querendo alistar na corrente dos sinceros democratas que condenam, por grandemente defeituosa, e desejam substituir, por fundamento nocivo, o regime presidencial, que com a República recebemos.

Prouvera a Deus que assim fosse, Sr. Presidente. Prouvera a Deus que tal conversão se houvesse operado no ânimo daquele, de quem tudo ou quase tudo pende neste regime e neste País. Prouvera se houvesse S. Exa. libertado da rede de interesse e lisonjas, que cercam hoje os presidentes, como cercavam outrora os monarcas, assim pudesse ver nitidamente os verdadeiros e impostergáveis interesses nacionais.

É provável, é certo haver todos os dias quem a S. Exa. declare que em sua ação pessoal, em sua ação tutelar, em sua ação providencial repousa a salvação deste País e que por não ter faltado esta esclarecida assistência, vai tudo maravilhosamente bem. Mas possível é também que os ensinamentos destes quase três anos de árdua experiência tenham esgarçado o véu da lisonja, que costuma impedir ou obscurecer a visão dos poderosos; possível é que, ao declarar que não o deixa governar a constituição por nós elaborada, tenha querido referir-se o Sr. Presidente da República aos graves defeitos funcionais do nosso mecanismo político, e não às frágeis limitações que ele não põe ao exercício do poder pessoal.

É porque assim penso, é porque assim espero, é porque assim quero crer, é porque, sem ser áulico, Senhor Presidente, admito possa ainda o Sr. Eurico Dutra vir a exercer uma ação verdadeiramente providencial, é por isto que eu me animo a renovar-



## **Câmara dos Deputados**

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

### **Escrevendo a História - Série Brasileira**

Ihe publicamente, desta tribuna, o apelo que já lhe fiz, uma vez, em carta particular.

Complexa é a crise brasileira. Dúplice é o seu caráter: é nacional, por depender de fatores a nós peculiares, e é, também, em parte, extranacional, por ser reflexo da crise mundial que, desde a primeira conflagração, assoberba a humanidade. Para os comodistas e irresponsáveis constituí-se ela somente deste reflexo; para os que não temem a verdade, é muito mais do que isto. É também, e sobretudo, uma crise de governo, uma crônica e cada vez mais grave de governo.

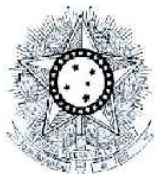
Afirmamo-lo nós, os parlamentaristas com a mais fundada e inabalável das convicções; reconhecem-no, também, os que ainda não desesperaram do atual regime; proclamou-o, faz pouco, o eminente Senhor José Américo, insuspeito, por certo ao presidencialismo, ao dizer a um jornalista que governo é a única causa que ao Brasil tem faltado.

Mas, se como geralmente se reconhece, é de governo a crise, por que está em crise o governo? A esta pergunta, respondem uns serem os homens a causa, somente os homens; respondem outros residir ela essencialmente no regime político, e apenas secundariamente nos homens.

Com quem estará a razão, Senhor Presidente? Provirá dos homens, ou do regime, a gravíssima crise de governo em que nos debatemos?

Indiferente não é, nem sequer de somente importância, a questão que proponho. Da resposta que se lhe der, vai depender não só o nosso comportamento, mas também o próprio futuro do País. Se do regime provém esta incapacidade de governo, que cada vez mais se vai acentuando, à mão estará o remédio: bastará mudar o regime. Cifrar-se-á tudo, então, em querermos ou não querermos remediar, em termos, ou não termos vontade de sarar. Mas, residindo nos homens, e não no regime, a causa do mal, como a haveremos de remediar, se os homens são estes que temos e não os podemos substituir? Aí, Senhor Presidente, nada mais nos restará, senão conformarmo-nos com a nossa desgraça, aceitando a terrível mas justa sentença, que nos relegará à categoria dos povos incapazes de governar-se, dos povos indignos da liberdade, pior ainda, dos povos que tendo-a fruído um dia, tanto degeneraram, que a esqueceram.

Bem se vê quanto à salvação comum importa a questão proposta; bem se vê não se tratar aqui de mania de ideólogos apaixonados, como imaginam os cépticos, senão de um problema vivo, atual e fundamental. Admito, o que já ninguém contesta, ser de governo a nossa questão primacial, ou nós a resolvermos, ou perecermos.



## **Câmara dos Deputados**

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

**Escrevendo a História - Série Brasileira**

Objetar-se-á, talvez, Sr. Presidente, que estou a extremar hipóteses, que de homens podem ser a questão, mas não de homens na sua generalidade, que seriam tão apreciáveis quanto foram no passado, senão, somente, dos homens que nos tem dirigido. Em outros termos, os governadores seriam bons, ruins apenas seriam os governantes. Com substituí-los, com escolhê-los melhor, se resolveria o caso.

Mas isto é justamente, o que nós, os parlamentaristas, afirmamos. Ainda não desesperamos da nossa gente, ainda cremos ser o povo, hoje essencialmente aquele mesmo povo que, em poucos decênios, fez de uma simples colônia a mais policiada nação da América Latina. Acreditamos que os governantes é que tem falhado ultimamente.

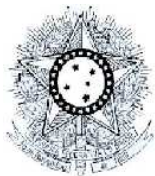
Como se aplica isto, Sr. Presidente? Como decaíram os governantes, se o povo não decaiu substancialmente e do seio dele saem eles?

A explicação só pode ser que, sendo o povo uma coletividade heterogênea, contendo ele, necessariamente bons e maus, capazes e incapazes, mal feita tem sido a escolha dos seus governantes. Se houvéramos sabido escolher melhor, teríamos sido mais bem governados. Se esta explicação não basta, acrescentaremos que, mais ou menos bem escolhidos, os nossos homens se desviam facilmente da prática do dever, quando chegados às posições de governos, porque assim o permite o regime.

Uma das funções principais dos regimes políticos é, com efeito, a escolha dos governantes. Diversamente se processa ela na monarquia e na república, no sistema presidencial e no sistema parlamentar. Com a mesma gente, diversos regimes de governo determinação escolhas diferentes. Quem duvida de que, com o regime parlamentar, certas pessoas nunca teriam chegado ao poder, e outras a ele teriam sido fatalmente chamadas? Outra importante influência dos sistema políticos são as diferentes condições, é o diverso ambiente que eles criam ao exercício do poder. Assim, havendo responsabilidade efetiva, os bons governantes serão necessariamente bons; e, em a não havendo, os melhores governantes só poderão tornar péssimos, e é quase fatal que mais se tornem.

Tudo se reduz, portanto, no dilema inicialmente proposto. Ou são os homens, ou é o regime a causa das nossa miséria. Se são os homens, nada podemos fazer contra ele; se é o regime, em nós, está o remediá-lo.

Quando com os parlamentaristas não estivesse a verdade, quando com eles não estivesse a razão, com eles, ao menos, estaria a esperança: a esperança de um povo



## **Câmara dos Deputados**

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

**Escrevendo a História - Série Brasileira**

que não se conforma com a sua ruína.

Mas, por felicidade, Sr. Presidente, não é apenas a esperança o que nos assiste. É também a verdade e a razão. Esta nossa gente que, em condições tão adversas, soube erigir uma grande nação, ter-se-ia tornado subitamente incapaz de a preservar? Que estranha doença seria esta, e quais seriam as suas causas? Ninguém as aponta, ninguém as conhece. O que se sabe é que, mudado o regime, substituído o sistema parlamentar pelo presidencial, tudo mudou com ele; aparentemente, até os homens mudaram.

Simples coincidências?

**O Sr. Luís Silveira** - Tudo mudou, com efeito, mas para melhor.

**O SR. RAUL PILLA** - É uma opinião de V. Exa., que não vejo consagrada pela maioria.

**O Sr. Luís Silveira** - É a verdade dos fatos.

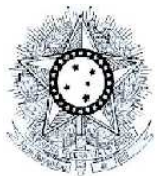
**O SR. RAUL PILLA** - Absolutamente não.

Triste, tristíssima coincidência seria esta, Sr. Presidente, porque significa a nossa irremediável ou quando menos, a nossa gravíssima degenerescência, sob a ação de um vírus misterioso e letal.

Mas não há tal coincidência, senão verdadeira relação de causa e efeito, entre a mudança do regime e a mudança operada nos homens públicos. Esta íntima relação entre os dois fenômenos revela-a claramente a análise. É a irresponsabilidade congênica ao nosso regime a causa essencial da nossa decadência cívica e política.

Haverá, Sr. Presidente, quem possa negar esta irresponsabilidade difusa a todas as esferas do poder público e que, na gradação hierárquica, vai do mais modesto agente de polícia até o Presidente da República? O mesmo seria que pretender negar a luz do sol, tão fundamente, impregna ela toda a nossa vida pública. E haverá quem, testificando esta onímoda e onipresente - irresponsabilidade, lhe não reconheça as deletérias e tremendas conseqüências? Não o creio, porque poder irresponsável é necessariamente poder arbitrário, é poder imoral, é, em suma poder esquecido dos seus mais graves poderes das suas mais altas prerrogativas. Poder irresponsável, Sr. Presidente, não é poder, é degeneração do poder; não é poder para o bem, é poder para o mal; é poder sem finalidade, porque se torna fim e objeto de si mesmo.

**O Sr. Luís Silveira** - No presidencialismo não há essa irresponsabilidade. É um regime de pesos e contrapesos; o Judiciário pode, não só anular atos do Legislativo, com



**Câmara dos Deputados**  
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação  
**Escrevendo a História - Série Brasileira**

do próprio Executivo.

**O SR. RAUL PILLA** - Ainda aqui é uma apreciação de V. Exa., que os fatos estão desmentindo todos os dias.

**O Sr. Crepori Franco** - V. Exa. me permite? É universalmente sabido, repetido, repisado, que estamos num regime de plena irresponsabilidade. Ninguém tem responsabilidade. Quando acontece um fato qualquer, se se aponta o Presidente da República, ele não sabia; se se aponta o Ministro, o Ministro é empregado de confiança; se se aponta o Chefe de Polícia, este é menos responsável ainda. Acaba não havendo um responsável a punir. Este é que tem sido o sistema da nossa República, da qual já diziam, os que a promoveram, que não era a República dos seus sonhos.

**O Sr. Luís Silveira** - Porque o sonho é sempre diferente da realidade.

**O Sr. Crepori Franco** - E aí, então, completamente diferente.

**O SR. RAUL PILLA** - Sr. Presidente, a responsabilidade política não existe no presidencialismo, porque este sistema a excluí, deliberadamente; o presidencialismo não conhece responsabilidade política.

Só existe a responsabilidade criminal, que é diferente, e esta mesmo nunca chega a efetivar-se, nem nos Estados Unidos, país tomado por modelo.

**O Sr. Crepori Franco** - V. Exa. pode acrescentar que regime onde não há responsabilidade política é ditadura disfarçada.

**O SR. RAUL PILLA** - Retifico: é ditadura real, sem reбуços.

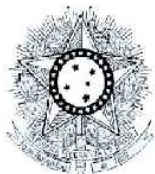
**O Sr. Luiz Silveira** - Disfarçada ou não, Deus nos livre da ditadura.

**O Sr. Crepori Franco** - Aí, sim, é questão de opinião.

**O Sr. Rui Santos** - Nesse ponto estou com o nobre colega Sr. Luiz Silveira: Deus nos livre da ditadura. Mas, estou apenas nesse particular.

**O SR. RAUL PILLA** - Reconhecido, pois, ser a irresponsabilidade um dos atributos do nosso regime político, não há com fugir à consequência; necessário, urgente é substituir o regime por outro que, ao menos, assegure a responsabilidade dos governantes.

Bastará isto, Sr. Presidente? Nada têm que ver, com a questão, a natureza dos homens? Pode-se conceder que os homens já não sejam essencialmente dos mesmos da idade de ouro da nossa história política; pode-se supor que a mudança de costumes acarretou ou acompanhou a mudança da natureza da nossa gente; pode-se admitir (e fácil é admiti-lo) pode-se admitir que não somente o regime esteja em causa. E daí?



## **Câmara dos Deputados**

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

### **Escrevendo a História - Série Brasileira**

Concluir-se-á que não devemos bulir no regime, por haver outros fatores, além dele? Seria simplesmente absurdo. Como o regime nós podemos modificar e os homens não os podemos transformar ou substituir, mandaria a razão que, das duas causas do mal, suprimíssemos a que está debaixo da nossa alçada.

**O Sr. Luís Silveira** - A prevalecer a tese de V. Exa., os regimes de nada adiantariam para o povo brasileiro.

**O SR. RAUL PILLA** - Creio que V. Exa. não percebeu exatamente o meu pensamento. Estou afirmando justamente o contrário; faço apenas uma concessão; que os homens também sejam causa.

**O Sr. Luís Silveira** - Para mim, não há regimes perfeitos, porque não há obra humana livre de falhas dentro da relatividade das coisas.

**O Sr. Rui Santos** - Já é transigência de um velho presidencialismo!

**O Sr. Crépori Franco** - O presidencialismo é uma escola de corrupção. Os poucos homens que tínhamos foram formados na escola do parlamentarismo e o presidencialismo acabou com eles, esse regime de irresponsabilidade....

**O Sr. Luís Silveira** - Não apoiado.

**O Sr. Crépori Franco** - ...a que

**O Sr. Luís Silveira** - O presidencialismo é o regime que melhor se adapta às condições do Brasil.

**O Sr. Crépori Franco** - Entre o regime e os homens há interdependência: os homens dependem do regime, porque são produto do meio.

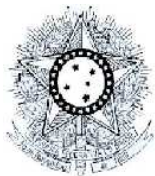
**O Sr. Luís Silveira** - Apoiado.

**O Sr. Crépori Franco** - O regime, por sua vez, depende dos homens, porque a estes compete aplicá-lo. Inegável é que, na Monarquia parlamentar, dispúnhamos de uma equipe de estadistas, equipe que veio até há pouco, na República. Tal ocorreu, porque o regime de responsabilidade política é fator de estadistas, ao passo que o regime de irresponsabilidade política, o presidencialismo, jamais pode formar equipes, produzir escol.

**O Sr. Luís Silveira** - No entanto, a obra do parlamentarismo, no Brasil, foi por demais peça.

**O SR. RAUL PILLA** - Volvamos, porém, ao Sr. Presidente da República. Queixoso do regime está ele, não sei se pelos mesmos motivos por que nos queixamos nós. Pois bem, há cerca de dois anos, estando em funcionamento a Assembléia Constituinte,





## **Câmara dos Deputados**

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

**Escrevendo a História - Série Brasileira**

abalancei-me a pedir a atenção de S. Exa. para o nosso problema institucional. Fi-lo, porque, embora fosse parte de uma assembléia teoricamente soberana, não ignorava a influência decisiva que, dados os nossos costumes, nela exercia ou poderia exercer o Presidente da República.

A Carta que, em 14 de junho de 1946, eu tomei a liberdade de enviar a S. Exa. era um documento público pela matéria e, também, pela categoria de quem o expedia e de quem o recebia. Poderia ter-se divulgado na época, se considerações de oportunidade o não desaconselhassem. Hoje, que sinto a necessidade de renovar o apelo nela contido chegando me parece o momento de a divulgar. Ei-la:

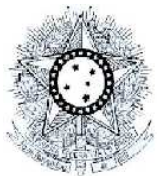
“Exmo., Sr. General Eurico Gaspar Dutra – Digníssimo Presidente da República:

Está o nosso País atravessando uma fase decisiva da sua existência. É a consciência deste fato o que me anima a dirigir-me a Vossa Excelência, sem outro intuito que não o de colaborar patrioticamente na pesada tarefa que lhe coube, nesta conjuntura como Supremo Magistrado da Nação.

Não insistirei aqui na tremenda herança que a V. Exa. incumbe liquidar. Não tratarei do passado, senão do futuro. Acha-se reunida a Assembléia Constituinte, a fim de dar ao Brasil a sua nova constituição democrática. E tudo está a indicar que ela vai incidir no erro dos constituintes de 1891, mantendo sem modificações apreciáveis o regime que só nos trouxe ditaduras e revoluções e acabou condenado por muitas dos seus arquitetos, como o insigne Rui Barbosa. É esta uma aberração que nada justifica, pois o mais elementar bom senso aconselharia que se fizesse agora, decorrido mais de meio século, uma experiência com o regime parlamentar, consagrado não só pela boa doutrina, mas também pela prática universal.

Dir-me-á que, se tal é a disposição da Assembléia Constituinte nada poderá fazer em contrário, pois se trata de uma assembléia soberana e nada cabe a V. Exa., se não acatar-lhe as decisões.

Esta é a rigorosa situação formal, mas não, por certo, a situação real. Todos conhecemos a grande, a decisiva influência exercida pelo Presidente da República. Quase nada se faz contra os seus desejos, expressos ou simplesmente supostos. E pouco se ousa contra o que se imagina referir-lhe os interesses ou as prerrogativas. Assim, quer o deseje, quer o não deseje, quer o saiba, quer o não saiba, está V. Exa. influenciando constantemente nos trabalhos da Assembléia e não



## **Câmara dos Deputados**

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

### **Escrevendo a História - Série Brasileira**

poderá, portanto, eximir-se da correspondente responsabilidade histórica.

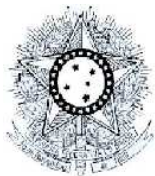
É justamente, em nome desta responsabilidade, que eu, membro da Assembléa Constituinte e zeloso, como ninguém mais, da sua autoridade, ousou dirigir-me ao Presidente da República. Se Vossa Excelência não que ter, realmente, nenhuma interferência na feitura da Constituição e deseja deixar inteira liberdade à maioria da Assembléa, preciso de torna que o faça saber de maneira peremptória, a fim de que todos os constituintes se sintam livres e verdadeiramente responsáveis. Se, pelo contrário, reconhecendo a realidade, não se exime de influir, assumindo a responsabilidade decorrente, há de V. Exa. permitir lhe faça um veemente apelo, no sentido de tomar a si um papel que, por suas fundas conseqüências, se tornará histórico.

Se o governo de V. Exa. conseguir normalizar a situação do País, terá direito ao reconhecimento de todos os brasileiros. Mas, transposto este delicado passo de vida nacional, nada se terá alterado realmente, se tivermos conservado o regime presidencial: repetir-se-ão os mesmos vícios que caracterizaram o primeiro século da vida republicana. Adotado, porém, o regime parlamentar, que sustento ser a mais perfeita forma de democracia representativa, novas e muitos mais amplas perspectivas se abrirão à vida política do País. E a ele ficará indelevelmente ligado o seu nome, se, por qualquer forma, houver V. Exa. concorrido para a grande reforma, que o será, não só das instituições, mas também dos costumes. Tal é, Sr. Presidente, a magnífica oportunidade que a V. Exa. se oferece.

Não faltarão, certamente, interessados em obstacular esta evolução salutar. São estes os políticos de vôo rasteiro, cuja única preocupação é o poder pelo poder. Encontram-se eles tanto nas fileiras da minoria, como nas da maioria. Mas muito mais nocivos são estes, do que aqueles, por se acobertarem sob o nome e a autoridade de V. Exa. e fazerem constar que obedecem à orientação do Governo, quando, em verdade apenas estão tratando de si. Não lhes dê ouvido V. Exa. e terá prestado ao Brasil um dos maiores serviços, que um homem público lhe poderia prestar, pois não é possível incidir indefinidamente nos mesmos erros e nos mesmos vícios.

Há, Sr. Presidente, na vida das nações, as situações comuns e as conjunturas históricas. Nas primeiras, nem os maiores estadistas podem fazer





## **Câmara dos Deputados**

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

### **Escrevendo a História - Série Brasileira**

nada de extraordinário: limitam-se eles simplesmente a administrar. E durante as segundas que surgem as grandes oportunidades, porque existem questões de capital importância para resolver, questões cuja solução decidirá de toda a vida nacional. Encontramo-nos, inegavelmente, numa destas conjunturas. A questão primacial é, agora, dotar o País com instituições democráticas adequadas. Se não falharmos neste momento decisivo, que ninguém sabe quando se poderá apresentar de novo, terão o seu nome abençoado pela gratidão dos vindouros aqueles que tiveram contribuído decisivamente para o feliz evento. Figurarão no mesmo plano dos que fizeram a Independência, a Abolição e a República.

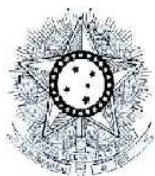
Certo de que V. Exa. apreciará justamente as razões que me levaram a dirigir-lhe esta epístola, aproveito a oportunidade para lhe apresentar os protestos da mais alta estima e respeitosa consideração”.

Escusado será dizer, Sr. Presidente, que não foi acolhido o apelo feito no documento que acabo de ler. Não quis, então, o Supremo Magistrado da Nação, exercer o papel histórico que as circunstâncias lhe reclamavam. Não quis influir em favor da reforma, mas influir decisivamente contra ela. Não nos concedeu o mínimo que pedíamos: que deixasse à Assembléia Constituinte a liberdade plena de resolver com melhor lhe parecesse e lhe era mais obrigação, do que direito.

Não condeno, nem censuro. Lamento, apenas, que a ocasião se tenha perdido, de retificar os rumos da nossa história. Lamento e não censuro, porque, em rigor, seria muito pedir que o Sr. Eurico Dutra, dedicado, primeiro, somente aos árduos misteres da sua profissão e entrado, depois, à vida política pela porta da ditadura, se pudesse liberar facilmente dos preconceitos da nossa vida republicana e se dispusesse a operar uma verdadeira, se bem que pacífica revolução.

Agora, porém, mui diversa é a situação. Tem o Sr. Presidente da República, agora, a lição de uma experiência de mais de dois anos. Pode ver, pode sentir, pode provar o que é este regime que temos. Pode verificar como funciona mal a democracia com ele. Outro terá de ser, agora, o seu julgamento. Outro é, por certo, já que se queixa S. Exa. do regime, embora desconheçamos os motivos por que se queixa.

Renovo-lhe, por isto, aqui, o apelo há dois anos feito. Apelo, Sr. Presidente, que só levava o meu nome, mas exprimia os desejos e as esperanças de muitos constituintes. Oportuna é, agora, a ocasião para acolhê-lo, se está descontente S. Exa. com o presente regime constitucional e se mantém fiel á democracia. Antes poderia nutrir a esperança de



**Câmara dos Deputados**  
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação  
**Escrevendo a História - Série Brasileira**

que o regime presidencial ainda nos serviria. Agora, segundo parece, desfeita se acha a ilusão, já que se queixa S. Exa. do regime.

Sr. Presidente. Acabo de me dirigir ao Chefe da Nação, como ao homem capaz de influir beneficentemente na evolução do nosso regime político. Mas o poder ele influir não nos tira a nós, representantes do Povo Brasileiro a responsabilidade máxima e indeclinável, já que, ao menos formalmente, ao menos constitucionalmente, de nós, somente de nós depende a decisão. Se o Sr. Presidente da República nos quiser estimular com a sua aprovação, tanto melhor, porque mais chão nos fará o caminho. Mas, se assim não o entender ele e preferir alhear-se da questão ou, pior do que isto, deliberar impugnar a reforma, longe de com isto diminuir, mais ainda se agravará a nossa responsabilidade. Se o Senhor Presidente concordar, havemos de cumprir o que reputamos dever nosso e é, constitucionalmente, atribuição nossa; e, se discordar sem nos convencer, maior decisão, maior fortaleza havemos de por no deliberar. A responsabilidade será sempre nossa, preponderantemente, se não exclusivamente nossa.

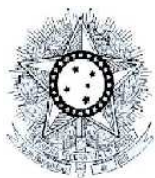
É, Sr. Presidente, uma responsabilidade indeclinável. Dela nos não podemos livrar, dela não nos livraremos, quer procedamos, que nos abstenhamos. Dar um passo é um ato, por que respondemos; deixar de dá-lo é outro ato, por que também havemos de responder. E, no caso, muito mais grave é abster-se, que proceder, muito mais parar, que andar.

Digo e provo-o, Sr. Presidente. Haverá quem negue não ter dado bons resultados o regime adotado com a República? Não há, nem pode haver, tão clara e irrecusável é a evidência desta verdade. Há, sim, quem explique diversamente o fato. Há, sim, quem atribua o desastre, não ao regime, que seria bom, mas ao povo que seria mau. E há também os que, reconhecendo embora a falência do atual regime, temem não tenhamos condições para a satisfatória prática do sistema parlamentar, cuja superioridade teoricamente admitem.

**O Sr. João Mendes** - Quero ter a honra de apartear V. Exa.

**O SR. RAUL PILLA** - A honra será toda minha.

**O Sr. João Mendes** - Sou daqueles que se incluem no rol dos que Vossa Excelência menciona neste momento, isto é, dos que temem o sistema parlamentarista no Brasil. Pergunta V. Exa., no início de seu discurso, de quem o mal? Dos homens ou do sistema? Eu diria: nem de um, nem de outro. Ao regime democrático - sabe-o V. Exa. -



**Câmara dos Deputados**  
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação  
**Escrevendo a História - Série Brasileira**

tanto importam os princípios, quanto os homens; o essencial é que possamos colocar os homens em seus lugares.

**O SR. RAUL PILLA** - Plenamente de acordo com a tese do nobre colega.

**O Sr. João Mendes** - V. Exa. conhece o meu ponto de vista. Receio a mudança do sistema político no momento. Vejo o exemplo da França, que é bastante distante e diz muito mais do que argumentos porventura aduzidos neste momento.

**O SR. RAUL PILLA** - Sinto não poder tratar aqui do caso da França, pois, creio, levar-nos-ia muito longe.

Afirmo, entretanto, sem o menor receio, que o caso da França, longe de ser uma demonstração dos inconvenientes e perigos do regime parlamentar, pelo contrário, é a mais cabal, luminosa e irrecusável prova das grandes vantagens, da extrema superioridade desse regime, porque, - nós admiradores da França, não devemos desconhecer esse fato - a atual situação política, social e, principal - passa aquele país, é de tal monta que mente, a grave crise moral por que não sabemos onde estaria ele hoje mentar. Só este, graças à sua estabilidade, com outro regime, que não o parlamentar, permite que o vá vencendo as suas enormes dificuldades.

Sem o regime parlamentar, a França teria descambado inevitavelmente para a ditadura ou para a resolução. Quanto à primeira, já vemos projetar-se sobre o país a sombra do futuro pretendo ditador...

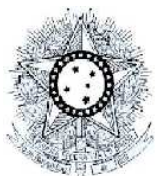
**O Sr. João Mendes** - Se não receia-se tomar o tempo do nobre orador, faria algumas considerações sobre o assunto. Realmente, prova até certo ponto em favor do regime o que se dá na França, mas as conseqüências das repetidas mutações são deletérias no sistema, porque muito provavelmente a França passará desse regime, que o nobre orador defende ao qual não sou infenso ou adversário, para o oposto. Na realidade, parece que a França está numa situação em que não é difícil venha a substituir o salutar regime parlamentar pelo da força.

**O SR. RAUL PILLA** - Isso quer dizer, apenas que o regime parlamentar terá, pelo menos, procrastinado a ditadura, porque, se não fosse o regime parlamentar, há muito estaria a França no exercício da ditadura.

**O Sr. Herbert Levy** - Estou de acordo com V. Exa., quando afirma que o exemplo da França depõe em favor do regime parlamentar.

**O Sr. João Mendes** - Até certo ponto.

**O SR. RAUL PILLA** - Inteiramente.



## **Câmara dos Deputados**

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

**Escrevendo a História - Série Brasileira**

**O Sr. Herbert Levy** - Realmente, o que tem ocorrido na França é a substituição do primeiro ministro, mantendo-se quase que os mesmos ministérios. Dada a natureza dos problemas franceses, sua extraordinária complexidade e dificuldade, e a pouca inclinação do povo de aceitar sacrifícios, o que tem acontecido é que para cada reforma, dolorosa para o povo, paga-se um preço ou melhor definindo é preciso encontrar um bode expiatório. Cai o primeiro Ministro; organiza-se novo ministério, que vence as dificuldades, causadoras da queda do Primeiro Ministro, porque os partidos e o povo verificam a necessidade de transigir para evitar crise mais grave pois, a sombra da ditadura se projeta, como ameaça, a força os partidos políticos franceses e o povo ao bom senso e à transigência. E com isso salva-se o regime, o que de outra forma talvez não se pudesse fazer.

**O SR. RAUL PILLA** - Agradeço o aparte de V. Exa., e ainda mais, folgo em ouvir suas considerações, que nos dão a esperança de ver o ilustre colega incorporado à nossa corrente. (Riso).

**O Sr. Tristão da Cunha** - V. Exa. me permite um aparte?

**O SR. RAUL PILLA** - Com todo o prazer.

**O Sr. Tristão da Cunha** - A França ainda não teve, até este momento, necessidade de recorrer à medida extrema do parlamentarismo – a dissolução das Câmaras.

No regime presidencial não há essa possibilidade, e as Câmaras vão descambando, com o governo incapaz, até o término do seu mandato.

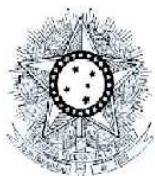
**O SR. RAUL PILLA** - A situação da França é clara e simples. Esta é uma democracia onde tudo depende do povo. Os franceses, contrariamente ao que têm sucedido com os ingleses, não se mostram dispostos a suportar sacrifícios. Portanto, é graças, justamente, a essas quedas sucessivas de gabinete que se vai contornando a situação, e o povo acaba, finalmente, compreendendo a necessidade dos sacrifícios que antes recusara.

O dilema é esse: ou as sucessivas crises levarão a compreensão à nação francesa, ou a França é um país liquidado, perdido, para a democracia. Não há como fugir disto.

Vou prosseguir nas considerações que vinha fazendo.

**O Sr. Presidente** - Atenção! O orador dispõe apenas de cinco minutos.

**O SR. RAUL PILLA** - Terminarei, Sr. Presidente.



## **Câmara dos Deputados**

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

### **Escrevendo a História - Série Brasileira**

Deixo de lado, os que entendem que, em vez de adaptar-se o regime ao povo, este é que se há de conformar com o regime; os que pretendem que, em vez de afeiçoar-se o instrumento ao artesão, o artesão é que se já de subordinar ao instrumento. Esses, Sr. Presidente, confessam implicitamente e sem o saber, a falência do sistema que preconizam. Se o instrumento é bom, mas não se lhe pode afazer quem o deve manejar, para este, ele só pode ser mau. Bom, quanto quiserem, para outrem; mau, péssimo justamente para aquele a quem se destina.

É aos timoratos que me quero dirigir agora, aos que, abstendo-se, imaginam escusar responsabilidades, que, em verdade, se agravam. Temem eles não dê, a reforma os esperados resultados, não porque bom, em si, não seja o sistema, mas porque incapazes sejamos de o praticar razoavelmente.

A esse quero eu responder, não afirmando, senão perguntando. Estão eles satisfeitos com os resultados do atual regime? Não, nem há quem de boa fé o possa estar; há sim, quem, de boa fé, procure justificar, ou, pelo menos, explicar. Reconhecem eles sim ou não, que temos descido sempre e estamos continuando a descer, nesta fatal degeneração das instituições representativas? Também não o podem negar. Mas, sendo assim, onde, quando e como nos poderemos deter nesta descida? Ninguém o poderia prever. Melhor, se alguma coisa se pode prever, é que não nos deteremos na ruinosa descida, enquanto não mudarmos de rumo, ou por nós não intervier a Divina Providência, a qual, por via de regra, não ajuda aos que não se ajudam. Logo perdidos, irremissivelmente perdidos estaremos, se nada fizermos por nos salvar.

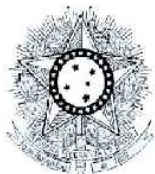
Mas, se nos perdemos nada tentando, não poderemos acelerar a ruína, tentando alguma coisa? É possível. Mas não se trata, evidentemente, de tentar qualquer coisa, ainda a mais estranha ou desassisada. Não, Senhor Presidente; trata-se tão somente, de tentar o que já está consagrado pela doutrina e pela experiência; pela experiência alheia, pela experiência universal e, o que não vale menos, por nossa própria experiência.

**O Sr. Luís Silveira** - Quanto à experiência universal, lembro a Vossa Excelência os Estados Unidos da América do Norte.

**O SR. RAUL PILLA** - Agradeço muito o aparte de V. Exa.

O nobre colega só pode invocar o único exemplo - e este mesmo discutível sob certos aspectos - dos Estados Unidos da América do Norte.

Não é pois, uma aventura, como crêem alguns e dizem outros, sem o crer. Convém afirmá-lo e repeti-lo sem cessar: trata-se de adotar um sistema político que, em



## **Câmara dos Deputados**

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

### **Escrevendo a História - Série Brasileira**

todos os continentes, inclusive a América, em todas as latitudes, inclusive as subtropicais, com as mais variadas raças inclusive as de cor, tem dado sempre resultados satisfatórios; e trata-se, por outro lado, de prescrever um sistema que, em toda a parte, excetuados unicamente os Estados Unidos, onde, aliás, oferece o flanco a graves críticas tem sido simplesmente desastroso.

Onde, pois, a aventura, onde o risco, onde o fundamento para temores? Não há, nem o pode haver.

**O Sr. Presidente** - Lembro ao nobre Deputado estar quase findo o tempo de que dispõe.

**O Sr. RAUL PILLA** - Longe ainda estou de terminar o meu discurso, Sr. Presidente, é não quero abusar da condescendência de V. Exa.

**O Sr. Luís Silveira** - V. Exa. está encantando a Câmara. (Apoiados).

**O Sr. RAUL PILLA** - Agradecido aos nobres colegas.

Assim, peço a V. Exa., Sr. Presidente, conservar-me inscrito para a próxima sessão. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)